

## MEMÓRIAS EM SILÊNCIO: SAUDADE FENECIDA SEM UM ÚLTIMO ADEUS

FLÁVIO PESTANA ZANELLA\*

“*Eu sou vida, não sou morte*”  
(Gorpo Santo, 1866)

### RESUMO

O presente artigo faz parte de um projeto em desenvolvimento, o qual aborda questões relativas à sobrevivência e mortalidade dos indivíduos, bem como especifica os elementos envolvidos num ambiente essencialmente isotópico urbano/mortuário marginalizado e moralmente destituído na cidade do Rio Grande, no decorrer da década de oitenta do século XIX.

**Palavras-chave:** mortalidade, indignância, monumentalidade funerária, isotopia

### 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Torna-se importante a organização de um estudo sobre as memórias referentes aos indivíduos destituídos de razão social, isto é, o sobreviver e o perecer destes dentro de um determinado ambiente relativamente hostil. O espaço urbano e mortuário em questão, que reflete o cenário específico de um cotidiano *infausto*, no qual os vértices de determinados segmentos estigmatizados socialmente deixaram de ocupar – o *modus vivendi*, na formação humana de identidade e memória no meio urbano de uma historiografia entre: *sobrevivência e mortalidade*.

Logo, transparece-nos até o presente ser este assunto uma lacuna ainda não preenchida dentro do campo de estudo subterrâneo das memórias, que tem sua legitimidade na emersão do passado que vai além da epiderme da História.

Nesse sentido, este pequeno ensaio remete-nos pungentemente ao conceito de fenecimento, ou seja, à supressão de toda e qualquer forma de identidade visível que finda, em um contexto histórico onde a

---

\* Graduado em História pela FURG; aluno do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Rio Grande do Sul: Sociedade, Política & Cultura, 2007.

memória dominada se extingue.

Desaparece, junto com seus atores, como uma memória clandestina – maldita, em seu subterrâneo. Porém, surge neste esboço como definida entre duas fronteiras: *moral* e *imoral*, algo não-oficial, a *priori*, indizível.

Mormente, esta é uma memória renegada que permanece subterrânea e inalterada, concreta, mas obscura, que de um lado encontra-se sepultada dentro de uma memória coletiva organizada ideologicamente a partir de segmentos dominantes, e de outro continua insepulta, pois reclama acronicamente um cotidiano do qual diversos elementos sociais permanecem subtraídos em sua dignidade por falta de atos meritórios sobre seus despojos mortais. Sendo que, esta última representa um universo marginal, produto também de um imaginário clandestino que, por vezes, extingue-se quase totalmente sem deixar traços visíveis além de uma escassa cultura material não-perceptível. Neste caso, esta memória torna-se então *fenecida*.

## 2 – A DOMINAÇÃO DA MEMÓRIA

Visto serem abordadas acima as motivações sociais e morais que constituem o fio condutor deste ensaio, partimos do pressuposto de que os elementos ao longo do período pesquisado (1881-1887) foram subtraídos socialmente em existência, e posteriormente destituídos de suas memórias, isto é, os *dominados* legitimaram sua própria dominação através de uma violência simbólica exercida entre os *dominantes*. O que, para Pierre Bourdieu (2003, p. 11), reflete e “assegura a dominação de uma classe sobre a outra dando o reforço a sua própria força às relações de força que as fundamenta e contribui assim, para a domesticação dos dominados”.

A partir desta constatação, podemos perceber os reflexos sobre a construção de uma memória em detrimento de outra. Neste sentido, constrói-se uma memória moral coletiva e dominante para a posteridade e desaparece-se com uma imoral, fraca e subalterna, mantida na antecâmara da morte e do esquecimento. Definida em uma fronteira instituída no civismo frente à imoralidade, entre o oficial e o não-oficial, que Michael Pollak (1989, p. 8) menciona como: “A fronteira entre o divisível e o indivisível, o confessável e o inconfessável”, que, portanto, “separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária [...] deseja passar e impor.”

Continuando com a definição de Pollak (1989, p. 8), é necessário

“distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas”, no sentido de “reconhecer a que ponto o presente colore o passado”.

Desfavorável, incolor, portanto, justificada e refletida sobre uma conjuntura social estigmatizante com relações específicas de sobrevivência, sub-vivência e mortalidade entre os indivíduos obliterados de uma memória épica, indo da clandestinidade histórica cotidiana ao universo famigerado e marginal, isto é, sem nenhuma espécie de *post-scriptum*, ao prelúdio de sua mortificação. Perpetuamente colocados no vazio, do silêncio e no esquecimento.

Destarte, esta história fascina, pois consiste no *inverso* da construção oficial: a *zona do interdito*. Local onde o passado é captado de forma subterrânea, e sumariamente refletido no presente deformado em *trajes de luto*. Ao qual Michel Vovelle (1991, p. 73) nos remete com maestria ao argumentar que: “Os reflexos que captamos dos homens a partir da história da morte é um reflexo singularmente deformado, cujo sentido é preciso decifrar”.

Neste sentido, existe uma construção coletiva onde a memória dominante é captada impondo seu pragmatismo indiferente. Ao tempo que depõe definitivamente o universo imoral, ou seja, no *vórtice dos tempos* capta-se também, a existência de uma memória desregrada, infame, doentia, criminal que precisa ser deposta. Memória esta que tende naturalmente ao abandono, ao esquecimento e à ausência de toda e qualquer forma de saudade, destituindo, assim, os sujeitos das memórias ou recordações. Ao que Roberto DaMatta (1987, p. 12) lança luzes, quando diz: “Quanto mais saudade, mais intensa é a memória do morto ou do lugar. Quanto menos saudade, menos intensidade na recordação”. Esta é, em última análise, a memória fenecida, que vai ficando cada vez mais *tênue* à medida que o tempo passa e as gerações a esquecem.

A idéia central captada de uma memória oficial que se impõe, grosso modo, implanta-se na monumentalidade, na magnificência, na pompa, na introdução da *superficialidade*, na arte, no simbolismo. Logo, a esta idéia, espaços urbano e mortuário estão paradoxalmente articulados. Nestes espaços não existe razão para a isotopia cotidiana dos proscritos. Nem um nem outro, são relativos aos que menos podem, ou aos que nada podem. Alhures, como escreve Henri Lefèbvre (2004, p. 46), trata-se de um “Espaço paradoxal, onde o paradoxo converte-se no avesso ao cotidiano”.

Um espaço perfeito simetricamente, urbano/mortuário, lugar da monumentalidade sobre as memórias épicas e cívicas, mas do abandono e esquecimento das memórias fenecidas. No urbano, junto à

monumentalidade, jazem vivos, os destituídos, sem-moral, e destinados desgraçadamente ao castigo final. Ao mortuário, jazem privados de toda forma de monumentalidade funerária, lugar onde são simplesmente *apagados* rumo à cova rasa e à cal que os espera no singelo espaço funesto mortuário, de sua última morada.

Conforme atesta o Relatório da Santa Casa de Misericórdia, em meados do século XX, ainda era comum o descaso com os proscritos, haja vista o interessante relato contido sobre as práticas utilizadas durante 1900-1902, as quais a gestão sucessora repudiava:

a repugnante prática seguida pela insensata administração que consentia em fazer conduzir dois corpos em um só caixão para o cemitério os cadáveres dos pobres (Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande [1900-1902], pelo provedor, Cel. Menandro Perry, p. 4).

Por outro lado, a visão de Henri Lefèbvre (2004, p. 46) aponta contra toda sorte destes:

Em toda parte a monumentalidade se difunde, se irradia, se condensa, se concentra. Um monumento vai além de si próprio, de sua fachada, de seu espaço interno. A monumentalidade pertence, em geral, à altura e à profundidade, à amplitude de um espaço que ultrapassa seus limites materiais.

Nesse esboço de Lefèbvre, fica evidente que a monumentalidade urbana e funerária se irradia como forma de preservar para a posteridade uma memória contrária à que fenece. Assim, na definição de Michel Foucault (1987, p. 75), através da “imposição, vigilância e punição”, se mantém uma melhor simetria, isto é, uma ditadura sobre os corpos dóceis. Substanciada socialmente pela imposição da disciplina física, moral de transmissão e preservação da posteridade, portanto, de saber e poder.

Característica alicerçada nas bases da monumentalidade e na ordem pública instituída, para que certos elementos obliterados destas representações sociais permaneçam jacentes à margem de uma sociedade civil constituída e hegemônica. Necessariamente, sem registros existenciais posteriores, como no caso a monumentalidade funerária a qual demarca a autenticidade ou não da personagem histórica em sua trajetória, como diria Phillipe Ariès (2003, p. 120), “a ambigüidade da fama ou da glória, revelada pelos mausoléus e epitáfios. Separava-se dificilmente a imortalidade celeste e a celebridade terrestre.”

Porém, transcendendo a imagem e sendo captado desta forma, o

ensaio acerca destes tecidos subtraídos vai além da *superficialidade* que o monumento abrange, pois o ensaio trata de memórias desaparecidas, imperceptíveis sem um fragmento de cultura material, paisagístico, urbano e mortuário qualquer que seja.

Portanto, poderíamos supor que este ensaio vai ao encontro de Michel Vovelle (1991, quando pensa a partir do imaginário dos fenecidos:

É isso que torna o empreendimento apaixonante e impõe uma abordagem ao mesmo tempo prudente e ambiciosa (1991, p. 73).

Prudente, porque é preciso evitar conclusões muito apressadas propondo, a moda americana, como se diria, um “modelo” da história da morte, meio fácil demais para fazer ao aspecto multiforme de que ela se reveste. E ambiciosa, porque é preciso considerar a morte como um todo: isto é, passar da morte biológica ou demográfica (do fato material ou bruto da morte) até as produções mais elaboradas, literárias ou estéticas, do sentimento da morte (op. cit., p. 129).

Alhures, essa referência é constante dentro do estudo das memórias, pois sua dinâmica engloba um universo em falso de complexidade entre ritos e significados. Cenário trágico que remete o historiador a uma realidade-imagética passada, ao mesmo tempo que propõe uma visão brutal contemporânea de sociedade, moldada sobre o descaso e o abandono. Talvez seja por si só um estudo marginal, focado na diferença incisiva e pertinente que faz emergir das sombras históricas uma nova fonte de estudos sobre o microcosmo social do urbano/mortuário.

### **3 – O CENÁRIO DAS TRAGÉDIAS COMUNS**

Nessa conjuntura de fenecimento, temos no Brasil desse período (1881-1887) uma situação-limite, na qual os desprivilegiados jazem à margem da sociedade civil. Onde um contingente humano enorme é simplesmente obliterado do convívio moralmente estabelecido. Pois, persiste no país a dependência econômica do braço servil. Situação na qual o Estado patrimonialista debate-se entre a herança cultural do modelo agrário ou uma incipiente proto-industrialização.

Nesse cenário, os desprivilegiados permanecem sem identidade, memória ou condições morais, seja pela escravidão, pelo ócio ou pela marginalidade, desgraçadamente até o final de seus dias.

Na Província do Rio Grande do Sul, as condições das camadas do tecido social-urbano pouco diferem, ou seja, as condições de

miserabilidade continuavam inalteradas. No Rio Grande de São Pedro, escravos e não-escravos sofriam, por vezes, das mesmas fragilidades dentro do espaço urbano/mortuário. Enfermidades físicas e morais eram uma constante no cotidiano, uma mixórdia de malefícios produzidos socialmente pela falta de condições básicas de sobrevivência: insalubridade, parca alimentação, falta de calor, de afeto, maus tratos, ou mesmo a indiferença colocava todos os *proscritos*: pretos, mestiços, pardos, brancos e estrangeiros em igualdade com relação às epidemias que infestavam a cidade naquela época, segundo os relatórios. Mas o que mais chama a atenção nestes indicativos necrológicos é a banalização da morte, isto é, os óbitos estão diretamente relacionados às condições de atraso da medicina local e à falta de uma estrutura estanque para com certas doenças. A exemplo da inexistência de um *lazareto* contra o risco de contágio.

Assim, as patologias provocavam altas taxas de mortalidade como:

Alcoholismo chronico, Inanição, Tétano, Thysico pulmonar, Tuberculose mesantéricos, Lesão orgânica do coração, Chatharro pulmonar, Congestão cerebral, Sarampo, Gastro pneumonia, Lesão orgânica, Pneumonia dupla, Septicemia, Epilepsia, Morféa, Croup, Diarréia, Variola, Syphilis, Marasmo, Desynteria, Hydropsia, Mal de Bright. E ainda suas ramificações: Raquitismo, Variola confluyente, Variola hemorrágica, Moléstia de Bright, Tétano espontâneo, Tétano dos recém-nascidos, Mal dos sete dias, Miningite, etc. Era a certeza de um triste fim (Relatório da Santa Casa de Misericórdia, por seu Provedor, Cel. Menandro Perry, 1888, p. 12-14).

Logo, estes estavam comungados ao desprezo, como diria Jean Delumeau (1989, p. 11-34), entregues a toda sorte de impropérios, mortificados *in vitta* e *in urbe*, o que causava, segundo o autor, *La grand peur*.

Outro fator degenerativo desta desventura social estava justamente no abandono cotidiano a que estes desfavorecidos eram entregues. Pois, dividiam ao dia o mesmo espaço urbano surreal, das pessoas de bem, e à noite “supostamente” praticavam toda a sorte de infâmias, tratava-se neste caso de “noitibós”, ou seja, elementos que provocavam um *grande medo* de convulsões, levantes contra a paz e a ordem pública.

Ora, sabemos que todos estes, como bem expressou o historiador social Phillipe Ariès (2003, p. 78), não cabiam na *Ars moriendi*, no bem morrer, tampouco no viver. Permaneciam, portanto, sem nenhuma forma moral ou de dedicação sobre os mesmos.

Completava-se assim, um mosaico insano onde, desregrados, facínoras, sicários e capadócius se misturavam por entre as ruas miseráveis no universo caótico e incauto do meio urbano. Legião infame, sentenciada e corroída, pelo *Morbo*, rumo ao *infausto* destino

Destino morte este que unia: prostitutas, boêmios, mendigos, visionários, lunáticos, bêbados, marinheiros depravados, excomungados pela igreja, blasfemadores, ateus, sátiros, etc. Além dos desregrados em último grau: desvalidos, suicidas, parricidas, fratricidas, matricidas, infanticidas e homicidas. Além de todos os falecidos de morte violenta. Órfãos da “roda dos expostos”, filhos ilegítimos não-batizados, inocentes ingênuos, abortados, fetos mortos todos natimortos. Filhos de mulheres escravas, forras, libertas, em concubinato, praticantes de atos ilícitos dentro e fora da sociedade; mulheres mortas durante o parto; em Eclampsia, mortas antes ou após as festas de purificação, além de toda a sorte de párias sociais (DELUMEAU, 1989, p. 34).

Ainda, e ironicamente muitos como os negros, para além de seu infame destino tinham nomes nada sugestivos para seu modo de sobrevivência, abandono e mortalidade, conforme atestam os necrológios:

Os nomes que surgem nos necrológios, demonstram um total abandono: seja pela falta de procedência (Pátria do morto), idade, aparência, *Causa mortis*, e o estado civil. Só constam em muitos casos os mesmos termos pejorativos utilizados. Nomes como: Felizarda, Felicidade, Inocência e Esperança surgem como sujeitos de um mesmo destino: Inanição, Alcholicismo chronico e congelamento. (ZANELLA, 2005. comunicação.)

Da mesma forma, em que são coletados os dados relativos a 1881, em diante, os arquivos da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, apresentam somente em seus *Livros de Óbitos*, nos Livros Originais as primeiras referências a *Causa mortis*, datadas e citadas a partir de 14 de Dezembro de 1859.

Neste cenário lóbrego, se desenvolve o conceito de fenecimento dos sujeitos totalmente dados à vilania e à desgraça. Uma vez que, deportados para áreas extremas permaneceriam junto aos demais agentes da desmoralização, ou seja, áreas de promiscuidade absoluta, onde imperavam a prostituição, o morticínio, o latrocínio, os pequenos furtos, a beberagem em bodegas e tavernas, a mendicância na porta das igrejas e os famigerados noctívagos.

Um antro de desvalidos, impróprios e perturbadores da ordem pública, um universo subterrâneo, obscuro e marginal que, subsistia alheio ao cotidiano/urbano/mortuário. Simbolicamente lapidado por uma

sociedade hegemônica absoluta: mercantil, comercial, proto-industrial e elitista.

Certamente não podemos aqui observar, *in extremis* este universo complexo em razão de espaço, nem como se morria no Rio Grande da década de oitenta do século XIX por questões de quantificação e diferenciação, mas temos uma pequena noção através dos dados que levantamos. Portanto, consideramos desde já, a cidade do Rio Grande como uma *cidade febril*, pois as causas de óbitos mais freqüentes se davam por “Alcoholismo chronico, Inanição alcholica e Cyrroze do Fígado e a famigerada Cyfhillis”.

No campo do alcoolismo é grande o número em óbitos (1881-1887) de pessoas solteiras, na maioria mulheres viúvas e com mais de 50 anos. Com uma incidência bem grande entre negros, nacionais e estrangeiros. Mas havia também muitos óbitos como a: Cyfhillis infantil e outras decorrentes da promiscuidade marítima e urbana, neste aspecto a cidade poderia ser chamada de uma “cidade febril” (ZANELLA, 2005, comunicação).

Outro fator elevadíssimo de mortalidade se dava pelo suicídio, porém um dos poucos que constam nos autos da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, levantado a partir de 1881, é exatamente este: “Em 30/07/1886 sepultou-se Eliazar da Silva Costa, 34 anos, Brasil, casado – Suicídio, cat. 15”.

Pelos jornais da época sabemos que esta situação era ‘suplantada das memórias’, pela própria conduta moral e religiosa que influenciava as Mesas Diretoras desta instituição filantrópica. Pois era grande o número de suicídios principalmente entre a escravaria e os estrangeiros (ZANELLA, 2005, idem.)

Num momento semelhante, aparece a utilização do *Verde paris*, como triste final em: “10/11/86 de David Antunes Xavier, de 64 anos, casado”, tendo como *causa mortis* o envenenamento por esta substância. Destino semelhante tiveram: “Carolina Pinto Ferreira, em 14/06 do corrente ano, que tinha 15 anos, e era solteira”, e “Alfredo Monteiro da Rocha”, do qual não consta a idade, mas morto também por envenenamento pelo famigerado venefício em 11/08/88.

Esta pequena parcela demonstra que o universo dos fencidos continha também tanto poder autodestrutivo como maléfico. Que a Michel de Certeau, parecem ser as inevitáveis formas do inominável morrer. Pois, na sociedade rio-grandina da época as superstições ainda estavam em voga sobre o imaginário das práticas ilícitas, obscuras e



mesmo “Nos repertórios religiosos, diabólicos, de feitiçaria ou de fantasia, léxicos marginalizados, o que se depõe em segredo ou ressurgem mascarado é a morte que agora se torna impensável” (CERTEAU, 1996, p. 295).

Outras formas impensáveis de se morrer estavam interligadas às más condições climáticas a que eram entregues, principalmente escravos e mendigos: uma delas era o *congelamento*, devido ao rigoroso inverno de 1885, que só entre os meses de junho/setembro matara nada menos que sete pessoas, considerando os registros de óbitos da Santa Casa.

Notemos a procedência destes: “Em 12/06/85 sepulta-se Miguel, não consta a idade, África, encontrado morto na rua – Causa mortis: congelação”. Três dias depois, em 15/06, “um cadáver é encontrado em via pública e remetido para a S. C. pela Polícia, representando setenta anos – morto por congelação”. Na mesma data, um “outro cadáver é descoberto e remetido para a S. C. pela Polícia, com presumíveis oitenta anos”. Em 07/07, “Inocencio, de 70 anos, que não consta à naturalidade”. Com mesmo destino falecem, em 15/07, “José Lourenço Gama”, não constando sua idade nem nacionalidade, e em 13/08 abandonou a carcaça gélida “Rafael, África, de 90 anos, solteiro”. E finalmente, no dia quatro de setembro, um preto, do qual não consta nem idade, nacionalidade, nem causa da morte. Só supõe-se que era abandonado, e sem as mínimas condições de sobrevivência perante o frio.

Todos foram enterrados em covas conforme a visão filantrópica da Santa Casa:

Enterramento de indigentes: Visão filantrópica da Santa Casa na perspectiva do Provedor Cel. Antônio Charles Campello (em sua despedida 12/08/1888): “Dentro deste exercício, enterraram-se no cemitério 698 cadáveres, dos quais tiveram condução e sepultura grátis, por terem sido considerados pobres 346. Neste número sem dúvida houve abuso de terem sido considerados como tais alguns, que não estavam nas condições de receber aquele serviço. Por vezes tenho reclamado providências das autoridades [...] Convém, pois, que a nova administração providencie no sentido de ser coibido esse abuso, a fim de não ser feita esmola a quem não está no caso de recebê-la”. Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, 1887-88, p. 9.

Portanto, conforme Certeau (1996, op. cit., p. 294), estes e muitos outros estariam para todo o sempre: “envoltos em uma mortalha de silêncio: inominável”. Mas inexoravelmente, para além da monumentalidade e sem a beleza poética do ideal burguês da

modernidade baudelairiana, que segundo Foucault (2000), reconhece como

a modernidade burguesa em Baudelaire quando aponta para: “a vestimenta negra e a sobrecasaca ter não somente sua beleza poética, que é a expressão da igualdade universal, mas ainda sua poética que é a expressão do espírito público; um imenso desfile de coveiros, políticos, amantes, burgueses. Celebramos todos algum enterro” (FOUCAULT, 2000, p. 342-344).

Cenário poético e comum, onde pobres e ricos conheceriam e dividiriam suas diferenças ante a mesma tragédia tão bem descrita pelo epidemiologista francês Jacques Reffiè (1988, p. 213), onde escreve de forma taxativa: “Cada um conhece idêntica decomposição pútrida”.

Mesmo assim, visto serem desregrados que jaziam dentro do espaço urbano/mortuário, não havia razão para um mínimo de caráter público e universal na desgraça que estes encerravam. Ora, uma simples cerimônia fúnebre, ou uma inumação digna, no máximo com acompanhamento, iria contra a idéia de preservação da ordem pública. Nestes casos, havia as “libações” coletivas ou solitárias que traduziam as dores da perda dos mais humildes até os mais mal-afamados.

Choravam as memórias sujeitas ao fenecimento sem uma lápide qualquer que substituísse o corpo, em alguns casos extremos uma pequena cruz de madeira velha que logo era corroída pela erva daninha que ao tempo tudo encerra, no “triumfo da morte”. Eram enterros sem réquiens, viáticos, exéquias, pompas, mementos, epígrafes, ou alguma forma de elegias, não havia muitas pessoas ou túmulos, jazigos ou carneiros, nem flores ou orações. Só mesmo uma cova esperava pelo triste convidado, o infeliz e desafortunado cônjuge que ao leito eterno do esquecimento agora retornava.

Assim, o dobre funéreo emanava no Rio Grande da década de 1880, e a partir de 1887, a antiga “Morgue”, agora necrotério, passava a funcionar não mais dentro do espaço urbano, e sim no próprio cemitério. Mas, antes, em 1881, tivemos uma “exumação exclusiva”, em que a Santa Casa, através da Lei Provincial 1329, de maio de 1881, era autorizada a transladar os *restos mortais* existentes no antigo cemitério do Bom Fim, para o novo cemitério. Aliás, uma *exumação*, mas de restos só daqueles que foram reclamados – exumados e transladados, que segundo a própria Santa Casa e os jornais da época relataram, ocorreu na mais perfeita ordem e sem reclamação alguma e a contento geral: de familiares e Irmandades.

O restante dos cadáveres, em estágio secundário de

decomposição, foram “sumariamente esquecidos”, soterrados, ou seja, perderam sua memória para o espaço urbano. Numa autêntica interdição sobre aqueles sem identidade ou moral. Nesta época, como em outras, não houve cortejos que carregassem o singelo féretro na ocasião do triste passamento. Bem ao contrário dos préstitos fúnebres que se realizavam com grande concorrência pública e a assistência de pobres conduzindo os archotes.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste pequeno ensaio, a difícil sobrevivência, a morte e o conseqüente esquecimento pela *subtração* da memória fenecida, que desaparece como um bálsamo para a sociedade elitista local. Pois é justamente neste meandro obscuro que as relações entre os espaços transformam-se simetricamente, dominando a memória. Ora, com o decréscimo de uma identidade e memória subtraídas, temos a ascendência de outra; que se intensifica, enraizada através da monumentalidade, bem como erigida sobre uma superficialidade esteticamente estabelecida – esta instituída moralmente; o que acaba justamente por identificar um tempo-espaço crucial na conjuntura político-econômico-social e material no perímetro urbano desta cidade.

Estes são os momentos que antecedem a República no Brasil. Tratamos aqui de buscar uma identidade memorial, bem como considerar os processos de interdição e fenecimento que compreendem este universo simbólico de relações, perpassando a memória dominante e tendenciosa a perpetuar-se nas pesquisas. Que visa em última instância a procura de uma memória e cultura material que esteja *simbolicamente enraizada e superficialmente estabelecida* dentro de uma construção histórica de monumentalidade.

Portanto, o urbano/mortuário está simetricamente alinhado com o sentimento que encerra toda a tendência de universalidade pública típica da modernidade. Nesta se condensa a suntuosidade burguesa que nega o oposto e restringe os menos favorecidos numa lógica de poder, versando e atingindo a honra e a moral que deveria ser introduzida na posteridade.

Por outro lado, este ensaio, embora curto para um assunto que se faz pertinente, traz-nos a reflexão sobre o ergástulo, ou seja, o cárcere em que se encontram estes elementos aos quais foi negado o direito à memória *post-mortem*, pois que eram considerados indignos de usufruir sua própria identidade dentro de um contexto cotidiano suprimido e ausente de memória. Isto é, sem espaços geográficos, históricos e antropológicos definidos para a preservação de tipos específicos de

identidade ou memória. Ainda, consideramos que este ensaio é parte de um projeto em desenvolvimento carente portanto, de críticas e novas possibilidades. Justamente por se tratar de um estudo complexo, e ainda não totalmente explorado cientificamente sobre memórias fenecidas. Aliás, pouco se sabe sobre esta conjuntura devoluta que faz parte de um imaginário-social-obscuro próprio dos seres estigmatizados socialmente. Destarte, sujeitos sem passado, portanto desprezados, incriminados, punidos e castigados da forma mais exemplar: “na vida e na morte”. Vítimas históricas que permanecem apagadas para sempre da memória coletiva dominante.

## BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RIO GRANDE. *Obituários da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande: livro de óbitos originais do século XIX (1855-65)*. Livro 1.

\_\_\_\_\_. *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande: relatórios de 1861-1881, 1880-82, 1883, 1884-85, 1886-87*.

\_\_\_\_\_. *Relatório da Santa Casa do Rio Grande: 1887-88*.

ARQUIVO DO CEMITÉRIO CATÓLICO DO RIO GRANDE. Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande. *Diários de Sepultamentos no século XIX*. (fragmentos).

ARIÈS, Philippe. *A história da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes do fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1987.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. O que são as Luzes? In: \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos: crítica e história dos sistemas do pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LEFÈVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. São Paulo: FGV, v. 3, 1989.

REFFIÈ, Jacques. *O sexo e a morte: uma história emocionante da aventura que é a vida e sua adaptação às exigências da natureza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SILVA, Roger Costa. *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: Educat, 2001. v. 2.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ZANELLA, Flávio Pestana. *Agonia, silêncio e luto: o cholera morbus sitia a cidade do Rio Grande, 1855-1856*. Rio Grande: Dep. de Biblioteconomia e História – FURG, 2005, comunicação.

\_\_\_\_\_. *In extremis: a necrologia do dezembro negro de 1855*. Rio Grande: Dep. de Biblioteconomia e História – FURG, 2004. Artigo não publicado.

\_\_\_\_\_. *A morte esquecida: vida e morte nos cemitérios do Rio Grande*. Rio Grande: Dep. de Biblioteconomia e História – FURG, 2004. Artigo não publicado.

